

Capítulo 36

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SÃO Paulo era, até fins do século XIX, uma pobre Província. Para nos certificarmos disso basta ver os antigos templos da capital paulista e de suas antigas cidades. Não têm eles, nem de longe, o esplendor das igrejas de Minas Gerais e da Bahia, com seus altares, não raras vezes, recamados de ouro. Também pobres eram seus municípios e Caconde não fugiria à regra. A cidade renasceu perto do córrego do cemitério mas se espalhou pela colina, em torno da matriz. A água era difícil, apanhada nas fontes, minas ou biquinhas. Algumas famílias possuíam cisternas e outras, mais abastadas, compravam a água em pipas transportadas em carrinhos tirados por bodes ou carneiros. Pagavam-se 16\$000 mensais por uma pipa diária (21 a 25 almudes) ou cerca de 38 litros.

O abastecimento de água se tornava, assim, cada vez mais imperioso. Como, porém, obter recursos para um serviço de tal monta? As parcas rendas municipais não o permitiam. Somente o Governo Provincial poderia solucionar esse angustiante problema. Leiamos as atas da Câmara Municipal, fonte inesgotável de informações preciosas:

- Em sessão de 26 de janeiro de 1875, na segunda sessão ordinária, o vereador Joaquim Pereira de Souza propôs “que se peça ao presidente da Província uma quota suficiente para abastecer esta vila de água potável, vindo esta encanada e fazendo-se dois chafarizes nos lugares que forem julgados mais precisos, nesta Vila, nomeando-se entre os membros da Câmara três para fazerem o orçamento do quanto possa ser despendido com a supracitada água e chafarizes”. A indicação foi aprovada.

Quatro dias depois, emitiu-se o parecer:

“A Comissão, fazendo o devido exame avaliou em 5:000\$000 mais ou menos para ser encanada sobre pedra, tendo distância de mil braças (braças de 2,20 m) e que julgando ser esta quota avultada para o cofre público, entende que se peça ao governo 2:500\$00 e que o excedente deve ser tirado do povo, o qual julga se prestará a isso e que a Municipalidade também pode concorrer com aquilo que puder, e desta forma será encanada toda ou parte visto não se ter certeza quando se poderá obter do povo”.

A 10 de janeiro de 1886 a Câmara registra recebimento de ofício do Governo, com data de 5 de dezembro do ano anterior, comunicando que submeteria à consideração da Assembléia Legislativa Provincial o ofício dirigido pela Edilidade em 15 do mês p. passado, solicitando a consignação de dois contos e quinhentos mil réis para o abastecimento de água potável da Vila. Não houve, entretanto, solução favorável.

Na sessão de 23 de setembro de 1869 foi indicado pelo vereador João Pereira de Melo se examinasse uma fonte d'água denominada “Biquinha”, da qual se serviam os moradores, para serem na mesma feitos alguns reparos. A comissão nomeada foi de opinião que se devia fazer uma caixa cercada de tábuas e coberta de taboões para livrar o local de pântano, orçando o serviço em 20\$000. A Comissão foi de parecer que se despendesse a quantia de 50\$000 nas fontes denominadas “Maria Esméria” e “Mestre Antônio”. A Câmara autorizou o serviço.

Em 14 de junho de 1878 a Câmara concedeu a verba de 50\$000 para melhorar a água da “Biquinha”.

Na sessão de 20 de fevereiro de 1882 o vereador Sinfrônio de Souza propôs fosse criado o imposto de um mil réis por carro de exportação, de ida e vinda do mercado mais próximo e bem assim sobre o imposto de um mil réis por lote de burro que não exceda de dez bestas que exportarem gêneros e importarem gêneros de qualquer espécie, para qualquer ponto do Império, isto

é ida e volta. Seriam nomeados agentes nos três pontos de comunicação existentes no município, tendo os três agentes dez por cento sobre a arrecadação, sendo o respectivo Procurador obrigado a percorrer mensalmente os três pontos, arrecadando os rendimentos das agências, não percebendo nada por esse trabalho. As quantias assim arrecadas ficariam depositadas com o mesmo Procurador “sem que possa lançar mão para outra e qualquer despesa para a Municipalidade, até que tenha o fundo necessário para a canalização da água potável na Vila”. O tributo vigoraria até que o mencionado fundo fosse obtido. A Municipalidade devia providenciar os talões impressos ou mesmo manuscritos, rubricados e numerados pelo Presidente, a fim de serem entregues aos referidos agentes. Posta a proposta em discussão foi unanimemente aprovada.

Esse imposto foi efetivamente arrecadado, como podemos verificar de numerosos documentos avulsos da Câmara. Todavia, não se conseguiu o dinheiro suficiente.

Em sessão de 15 de dezembro de 1886 resolveu a Câmara solicitar ao governo da Província a quantia de sete contos de réis para a água potável e promover uma subscrição pública entre os munícipes para o mesmo fim.

Em 1890 a cidade estava ainda sem água encanada. Em sessão de 7 de janeiro desse ano, reunida a Câmara sob a presidência do sr. João Pedro (dos Santos), deliberou-se que se representasse à Diretoria de Obras Públicas do Estado sobre as obras mais importantes para o município. Em 1.º lugar figura o abastecimento de água, 4.000\$000; verba para o cemitério da Freguezia do Espírito Santo do Rio do Peixe, e a desapropriação da ponte sobre o rio Pardo, pertencente a Custódio de Souza Dias, 4:000\$000.

- Conforme registra a ata de 1.º de junho de 1892, a Câmara pagava três latas de água por dia, para a Cadeia, a 60 réis a lata. Para lavagem de roupas cobrava-se um mil réis a dúzia. Uma caneca de ferro ágata custava 2\$500 e uma lata vazia \$500 (ata de 1.º de junho de 1892).

Em representação datada de 6 de fevereiro de 1893, comerciantes de Caconde protestam contra a elevação dos impostos, alegando dificuldades enfrentadas pela lavoura e crise geral. Transcrevemos desse documento:

“No orçamento da despesa foi criada uma verba de 15:000\$000 para abastecimento d’água: ora a população toda está profundamente de acordo que se isto conseguísseis seria mesmo de grande benefício para o lugar, mas ao mesmo tempo está também convicta de que Roma não se fez em um só dia e de que ela não pode de um só momento, já pelas suas posses, já pelo entorpecimento geral de todas as fontes produtivas, lançar mão dessa quantia. Os munícipes não querem e não podem sacrificar-se nesta quadra pois o adiantamento do município ainda não exige este sacrifício, que reverteria em seu completo esfacelamento. Procure a Câmara municipal tratar de outras medidas mais necessárias e mais urgentes, e com as sobras de suas economias, reservar de um ano para outro alguma quantia para em tempo mais propício abastecer a cidade de água, sem que haja necessidade de tanto sacrifício para seus munícipes”.

Trata-se, evidentemente, de uma argumentação sem pé nem cabeça.

Em sessão de 9 de janeiro de 1896, o vereador Joaquim Pereira de Souza propôs que a Câmara tomasse a si a resolução de empreender e efetuar o abastecimento de água potável, votando não só uma verba de seu orçamento, como solicitando o auxílio da população, para que em breve fosse conseguido esse melhoramento. Foram nomeadas diversas comissões da cidade e dos bairros. Pela primeira vez apareceram as senhoras locais tomando parte em movimento coletivo. São membros da comissão: na cidade – o padre José Tomás Ancasuerd, Antônio Martins de Oliveira, Francisco Fanuele e Francisco de Paula Dias. As sras. Maria Osória Nogueira, d. Carolina Alves Moreira, d. Helena, esposa do ten.-cel. Prudêncio Carlos de Souza, d. Maria, esposa do sr. Gustavo Ribeiro de Ávila Júnior, faziam parte da comissão da cidade. Foram nomeadas comissões nos bairros do Bom Jesus, da Barra, Bom Sucesso, São Mateus, Mato Dentro, Feijão Crú, Conceição, São João, Santo Antônio, São Miguel, Barra Grande, Soledade, Guaxupé, Areias, Bocaina, Engano, Quebra Machado, Pinhal, Santa Clara, Pouso Alto e Faisqueira.

Na sessão de 2 de março de 1896 o vereador Pereira de Souza informou que, sob direção do hábil mecânico Augusto Guilherme Von Blaschke fez-se exploração nas diversas áreas que

circundam a cidade, chegando-se ao seguinte resultado: a água que corre em terra de Vitalino Rodrigues de Sá e de d. Maria Osória Nogueira podia ser trazida a bombas hidráulicas, sob número de cinco, para ficarem duas de reserva. A caixa devia ser colocada acima da casa de d. Cândida Esméria, dando portanto água para toda a cidade e podia ser feito o serviço por vinte e nove contos de réis no máximo. Foi aprovado e ordenado o pagamento de 295\$000 ao Intendente referentes aos gastos e gratificação que fez para esse serviço.

Em 1896 a Câmara se dirige mais uma vez ao Presidente da Província, solicitando, em longo ofício, a verba de sete contos. O mesmo pedido foi reiterado em ofício de 13 de agosto desse ano. Nova solicitação se fez em ofício de 18 de janeiro de 1897, tendo sido atendida em parte, como resuma de vários documentos contemporâneos.

Em ata de 19 de janeiro de 1897 registra-se que a obra de encanamento da água fora orçada em 9:300\$000. A Câmara decidiu dar auxílio de 6:000\$000 para completar o montante necessário. O projeto foi elaborado pelo engenheiro José Maria de Lacerda.

O intendente comunicou, em 8-6-1897, estar em péssimas condições a canalização da única água potável da cidade e resolveu mandar construir nesse lugar uma caixa de tijolos, cimentada, com dois canos aos invés de um, tendo mandado aterrar os buracos e consertar o caminho e mais o que se recomendava à higiene. Tratava-se da água de uma das biquinhas. Em 15 de março de 1898 foi nomeada comissão para o fim de, com todos os meios ao seu alcance, conseguir o abastecimento de água. O primeiro nome dessa comissão é o do comendador Umbelino Fernandes. Volta-se a debater o problema em sessão de 9-1-1899, tendo-se orçado a despesa de encanamento em 10:600\$000. A ata de 17 de novembro de 1899 revela que o serviço foi orçado e contratado por 16:000\$000.

Em principio de 1900 a água estava encanada, pois em sessão de 2 de junho o intendente municipal apresentou projeto, em que lemos:

“Considerando que já não há necessidade de serem tolerados dentro da cidade e seu patrimônio, carneiros que até aqui eram empregados na condução de água, em carros, pois está verificado que a água encanada que foi provisoriamente distribuída por todos os pontos principais da cidade dá perfeitamente para o abastecimento da população”.

- A lei n.º 20, de 16 de outubro de 1900, dispõe que todos os proprietários de prédios situados no perímetro urbano, e servidos de água encanada, pagariam imposto de 24\$000 anuais para a conservação e melhoramento do abastecimento. O assunto, assim, estava resolvido, embora precariamente. Tratou-se, pois de ampliar esse importante melhoramento público. É o que se conclui da leitura da ata da sessão ordinária de 6 de junho de 1903. O Intendente, com o auxílio do preto Gregório, fez outro nivelamento do cano adutor, desmanchou os serviços feitos e conseguiu aumentar o volume servido à população e emendado, não dera bom resultado, onerando a Câmara com a despesa de 4:000\$000, sendo somente para a Caixa, inaproveitada, de 2:160\$000.

Essa primeira água era chamada de “Água do Chaves”. Havia uma caixa d’água onde está hoje a gruta da Santa Casa e outra na esquina da rua Duque de Caxias com o antigo Largo do Rosário.

A água devia estar em condições, pois a lei municipal n.º 45, de 12 de setembro de 1905, autorizou o intendente municipal a fechar os chafarizes e torneiras nas ruas da cidade, conservando apenas o chafariz do Largo da Matriz. Essa é uma das poucas referências a chafarizes. O do Largo da Matriz ficava junto ao cruzeiro da primitiva igreja. Aparece nas fotos de 1909.

O serviço feito e que dera considerável trabalho e prejuízo ao cofre municipal, com tanta gente dando palpite sobre o encanamento d’água, foi, também um serviço insuficiente. Tanto assim que a lei municipal n.º 99, de 8 de abril de 1911, autorizou o prefeito a despender até a quantia de 500\$000 para captação e canalização de mais uma fonte de água potável. De pouco teria adiantado, também, essa providência. Com o fastígio do café, a cidade começava a crescer e a água a tornar-se cada vez mais escassa. Tão escassa que, em 1917, o prefeito baixou resolução proibindo sua utilização para lavagem de roupas. Mas já em 8-7-1917, feito alguns reparos nas instalações, a Câmara informava que o líquido corria abundante. Era prefeito o sr. Francisco de Paula Maia. Somente muitos anos depois providências enérgicas foram tomadas na administração do dr.

Cândido Lobo, que promulgou a lei autorizando-o a contratar, com o sr. Rogério de Andrade, a reforma do serviço de abastecimento de água potável pelo preço de 276:770\$000 (duzentos e setenta e seis contos e setecentos e setenta mil réis), pagos em prestações de 27:000\$000 (vinte e sete contos de réis), durante dez anos, correndo os juros de dez por cento ao ano, dando-se em garantia os impostos de indústrias de profissões e de água encanada. A mesma lei autorizou o prefeito a declarar de utilidade pública e a promover a respectiva desapropriação judicial ou amigável, da nascente e terrenos anexos da água captada, bem como a providenciar o encanamento de água em Tapiratiba, com as desapropriações necessárias. A lei é datada de 26 de maio de 1921.

- Em sessão de 21 de setembro de 1921 a Câmara aprovou projeto de lei n.º 34, autorizando o prefeito a desapropriar os terrenos e água pertencente a Arcanjo Pezzolli, Borto de la Coleta e outros, para abastecimento de água, de acordo com o contrato assinado com o cel. Rogério de Andrade. Era presidente da Câmara o sr. Joaquim José de Oliveira Martins.

A desapropriação, todavia, não foi feita, por falta de recursos, o que determinaria, no futuro, graves consequências, como a poluição da bacia hídrica.

Pela lei n.º 239, de 21 de agosto de 1922, foi o prefeito autorizado a entrar em acordo com os proprietários do terreno por donde devia passar o encanamento de água, a fim de adquirir os mesmos. Se não houvesse acordo, far-se-ia a desapropriação judicial. A água vinha da Serra dos Ciganos. Chegou à caixa d'água antiga (no mesmo local da atual), em fins de janeiro de 1923, conforme foi noticiado pela imprensa local, sendo o acontecimento bastante festejado pela população. Como de costume, soltaram-se foguetes. O jornal A CIDADE, de 1.º de fevereiro de 1923, informava estar em funcionamento a nova canalização e que a água era abundante. Era ainda prefeito o dr. Cândido Lobo.

Entre os documentos avulsos da Câmara anotamos vários pedidos de ligação de uma **pena d'água**, ou seja, do encanamento respectivo a cada residência.

Em lei sancionada a 8 de outubro de 1923, o prefeito em exercício, Francisco de Paula Maia, foi autorizado a criar os cargos de zelador do abastecimento d'água e o de administrador do matadouro municipal, fixando-se para ambos os ordenados de 150\$000 e 120\$000 mensais, respectivamente.

O reservatório do alto da cidade tinha capacidade para 300.000 litros.

Em 1934 o serviço de água, da mesma procedência, era insuficiente para as necessidades da população, o que determinou aumento da capacidade, represando-se a água abaixo da captação primitiva, com o que se aproveitaram não apenas o excesso da primeira, mas também as novas fontes vizinhas à mesma bacia hídrica.

Somente um empréstimo substancial e a longo prazo traria a solução adequada, implantando-se uma estação de tratamento, moderna e eficiente. Foi o que se fez. Em 19 de agosto de 1952, de conformidade com a lei municipal n.º 146, foi autorizado o pagamento da importância de Cr\$..... 99.000,00 (antigos) à firma Sociedade Técnica de Engenheiros Stel Ltda., de São Paulo, para estudos e projetos de abastecimento de água e rede de esgotos.

Em 23 de setembro de 1954 foi obtido empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo, no valor de Cr\$ 6.538, 78, tendo até 1975 sido pagas 229 prestações, restando 251 parcelas para serem quitadas, sendo a última delas no ano de 1997. Ao todo, 480 prestações de Cr\$ 50, 78. A água da Serra dos Ciganos continua a abastecer a cidade, reforçando a captação feita no Ribeirão de São Miguel, submetida ambas a tratamento. Depois da tomba d'água de 18 de janeiro de 1977, que destruiu parcialmente o sistema de São Miguel, a água antiga foi a única distribuída à população durante vários dias.

MATADOURO MUNICIPAL

Na sessão extraordinária de 6 de junho de 1890, entre vários assuntos, foi debatido pela Câmara requerimento do cidadão Hermenegildo Médici, pedindo privilégio para o corte do gado. Remeteu-se ao Procurador para por em hasta pública (concorrência) o privilégio, sendo por editais e

marcado o prazo de quinze dias. O vencedor foi o próprio Médici, como consta da ata de 18 de agosto do ano mencionado.

Em 4 de março de 1894, sobre estampilha federal de duzentos réis, Adolfo Tardeli dirigiu à Câmara o seguinte requerimento:

“Diz Adolfo Tardeli, cidadão brasileiro residente nesta cidade, que em vista de falta de gêneros alimentícios que atualmente passam os povos desta cidade, o suplicante resolveu abrir e manter por espaço de um ano um açougue de corte de carne verde suprindo com uma rês ou mais por semana conforme o consumo que houver. O suplicante não tenta estes ramos de negócio com espírito de especulação e tanto é verdade que nunca excederá o preço de 16\$000 por 15 quilos de carne sem osso e de 14\$000 por carne com osso; mas para sua garantia faz-se preciso que a ilustríssima Câmara me conceda exclusivamente o privilégio de ser o único cortador de gado nesta cidade lavrando-se de tudo o respectivo contrato com o intendente municipal que representa o poder executivo da municipalidade. O suplicante é demais conhecido como homem sério e cumpridor de seus deveres mas todavia se compromete a pagar a quantia de 200\$000 se faltar com o compromisso tomado, cujos 200\$000 serão aplicados em qualquer prédio municipal. O suplicante não deseja prejuízo ao cofre municipal todavia pondera a V. Sas. Que atendendo aos serviços que presta o suplicante aos moradores desta cidade entende que se dispensará ao suplicante pagar o imposto prescrito pelo Código de Posturas”.

A esse requerimento foi dado o seguinte despacho: “Seja presente ao Intendente Municipal para assinarem o contrato de modo mais vantajoso ao público. Indeferindo o ponto em que pede a isenção de direito. Caconde, 9 de março de 1894. Paula Dias”.

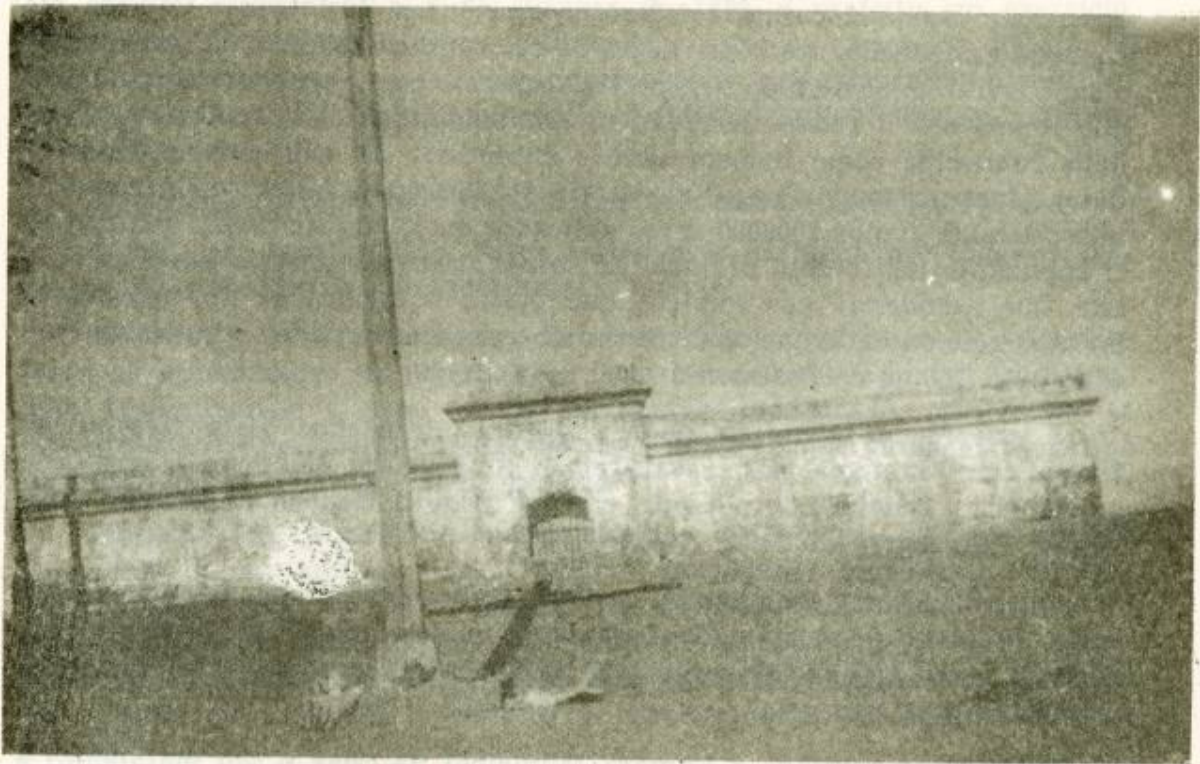
A lei n.º 53, de 12 de agosto de 1907, abriu concorrência publica para o corte de carne. Cabia ao concessionário matar duas vezes por semana sendo o preço máximo do quilo \$500 réis a carne com osso e \$700 a carne completamente sem osso.

Em 1908 já cogitava a Câmara Municipal de criar o seu matadouro e dirigiu ao presidente da Câmara Municipal de São Paulo para agradecer o exemplar do Regulamento do Matadouro Municipal da Capital. O ofício foi assinado pelo dr. Francisco Cândido da Silva Lobo.

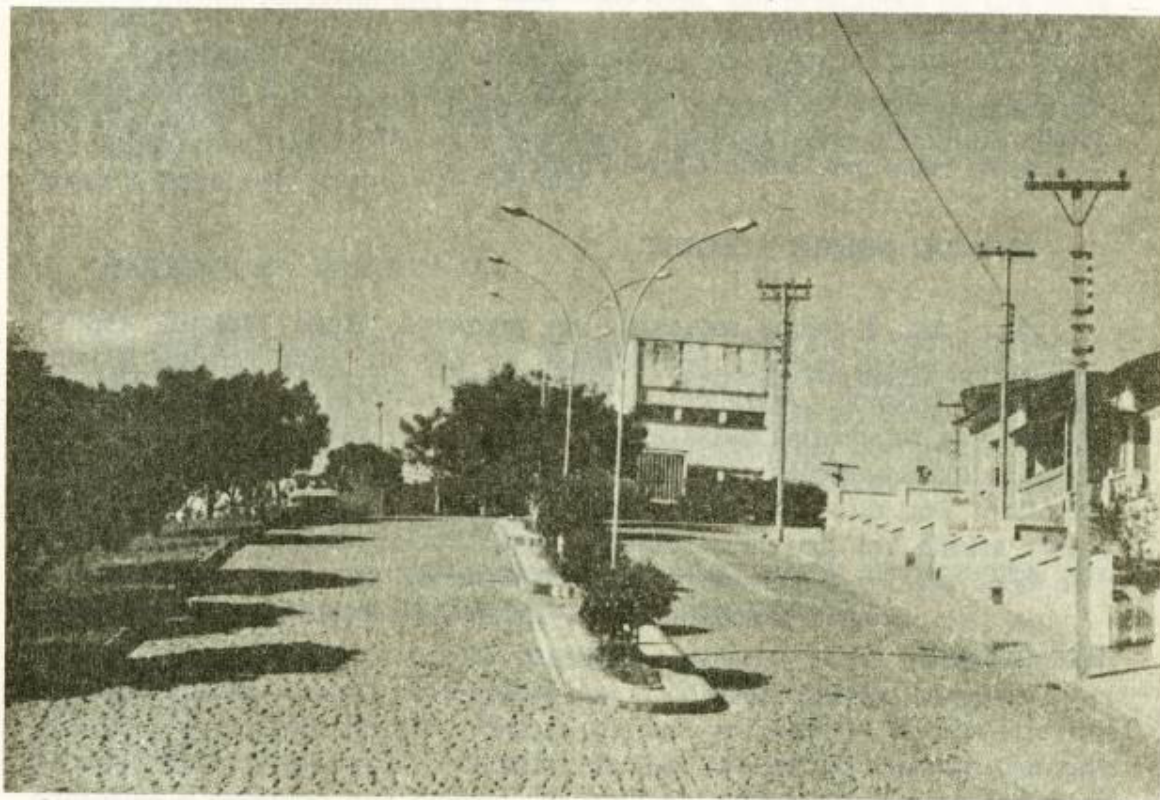
Lei sancionada pelo sr. Francisco de Paula Maia, a 8 de outubro de 1923, autorizou a Prefeitura a adaptar para Matadouro Municipal o prédio da usina velha, situado na Chácara da Câmara e abrir a estrada que da cidade ia àquele local, podendo despender até a quantia de 10:000\$000 dez contos de réis) pela verba Obras Públicas.

ESTUDOS SOBRE ÁGUA

Em 1942 o então estudante de medicina, Hugo Mazzilli, realizou completo estudo sobre a potabilidade ou não da água servida à população de Caconde. Além de um esforço da história da cidade, contendo numerosas fotografias dessa época, figura como parte principal o estudo técnico das condições em que a água era servida à população e a sua análise. Por esta se verifica que o líquido era de péssima qualidade. Esse estudo foi de extraordinária importância para o equacionamento de novo serviço de abastecimento de água em Caconde, o qual foi iniciado pelo próprio pesquisador, já médico e então prefeito municipal de Caconde.



Reservatório antigo. O líquido vinha integralmente da Serra dos Ciganos, a cerca de dez quilômetros do centro urbano.



Nova estação de tratamento, no mesmo lugar da antiga. Fotografia tirada pelo autor deste livro em 1976.